



## A LEITURA E O LEITOR NA ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

Jauranice Rodrigues Cavalcanti (METROCAMP/UNICAMP)

### Introdução

Malidier (1997, p.18), fazendo o percurso histórico da Análise do Discurso na França, diz que essa disciplina surge nos anos 68-70, a princípio, como um modo de leitura. Na época, leituras importantes estavam em discussão: a de Althusser sobre Marx, a de Lacan sobre Freud. Essa conjuntura intelectual possibilita a reflexão sobre os métodos de leitura da época, os não-lingüísticos e os para-lingüísticos, métodos que, segundo Pêcheux (1969), discutiam a função-conteúdo dos textos e não seu funcionamento. Na verdade, o que estava em discussão era a questão do sentido, de como ele é produzido, de quem o produz ou não.

Na tentativa de fazer o deslocamento função-funcionamento, Pêcheux contrapõe aos estudos de texto da época a Teoria do Discurso, instalando, assim, um objeto novo – o discurso – e um dispositivo para analisá-lo, a análise automática do discurso. O termo discurso, como concebido por Pêcheux, procura resgatar os fenômenos do “alto da escala” (p. 73) relegados pela lingüística da frase, que só poderiam ser analisados com “um deslocamento de perspectiva teórica, uma ‘mudança de terreno’ que fizesse intervir conceitos exteriores à região da lingüística atual” (p. 73). Outros fatores, além dos lingüísticos deveriam ser considerados. Esses fatores, neste primeiro texto, Pêcheux denomina *as condições de produção* do discurso, expressão que provocaria uma série de “confusões” posteriormente.

Para explicar o que deve ser levado em conta na análise, figura, além da própria superfície discursiva, ao lado do referente do discurso, a *colocação* dos protagonistas desse discurso na sociedade. O analista ressalta que não se trata da presença física individual, mas de *lugares* determinados em uma estrutura social. Esses lugares constituem o dizer: se o sujeito fala a partir do lugar de patrão, suas palavras significam de maneira diferente do que se falasse do lugar de empregado. Outra contribuição importante: a noção de antecipação. O “orador” pode experimentar o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar. Esse mecanismo determina/constitui o discurso. Embora nesta primeira reflexão Pêcheux tenha restringido esse mecanismo ao discurso político, a antecipação é traço constitutivo de todo discurso.

A noção de condições de produção proposta por Pêcheux na AAD69 se fundamenta no conceito de formações imaginárias. Não são os sujeitos empíricos que funcionam no discurso, mas “a imagem que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (p. 82).

## 1. Leitura como processo de produção de sentidos

No que diz respeito à leitura, pode-se estudar as condições de sua produção. O que é lido, seus elementos, o dito e o não-dito, devem ser relacionados aos protagonistas do discurso – quem escreveu, para quem escreveu – e ao posicionamento desses protagonistas na sociedade. Sem esquecer que as formações imaginárias regulam as condições de produção da leitura: tanto do locutor em relação ao seu leitor virtual (a imagem de leitor que o texto traz consigo), quanto do leitor real em relação ao referente e ao locutor do texto.

Na conclusão desse texto importante, Pêcheux, discutindo perspectivas de aplicação da AAD, considera:

O móvel dessa empreitada é finalmente o de realizar as condições de uma prática de *leitura*, enquanto detecção sistemática dos sintomas representativos dos efeitos de sentido no interior da superfície discursiva (p. 148).

O princípio dessa prática de leitura é o *princípio da dupla diferença*. Este se caracterizaria por considerar não apenas as diferenças internas presentes no discurso, mas também as externas, “a ausência específica daquilo que está presente em outro lugar” (p. 149). A leitura implica, portanto, mais do que apreensão de sentido(s). Implica reconhecer que o sentido pode ser outro, embora sempre determinado historicamente, que o dito é atravessado por um não-dito. Mais tarde Pêcheux vai chamar essa “ausência específica” de *interdiscurso*

Como lembra Henry (1997, p. 34) o termo discurso foi introduzido por Pêcheux para definir a ligação, proposta por Althusser, entre a evidência da transparência da linguagem e o efeito ideológico elementar<sup>1</sup>. Em *Semântica e Discurso* (1997a), ao propor a teoria materialista dos processos discursivos, diz que essa teoria não pode ser constituída reproduzindo como objeto teórico o sujeito ideológico como sempre já-dado, não pode

<sup>1</sup> “Como todas as evidências, incluindo aquela segundo a qual uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possui uma significação’, ou seja, incluindo a evidência da transparência da linguagem, esta evidência de que eu e você somos sujeitos – e que este fato não constitui nenhum problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (Althusser, L. “Idéologie et appareils idéologiques d’état”, *La Pensée*, 151, junho, 1970: 30).

dispensar uma teoria não-subjetivista da subjetividade, com os fundamentos propostos na de Althusser. Este, como lembra Pêcheux, aproxima a “evidência” da existência espontânea do sujeito a uma outra evidência: a do sentido. A questão da constituição do sujeito junta-se à da constituição do sentido.

Para Pêcheux a Lingüística se constitui como ciência banindo de seu terreno a questão do sentido. A Semântica é o “ponto nodal” da Lingüística, um entrave para ela. A maneira como essa ciência resolveu tratar a questão foi instituir a língua como um sistema e priorizar o estudo não de cada parte do objeto, mas das regras que dão realidade a essas partes. Já na AAD, Pêcheux criticara o conceito de comunicação presente no estudo de Jakobson, que pressupunha um trabalho de decodificação, um conceito de língua como transparente. Definindo discurso como “efeito de sentido entre locutores”, Pêcheux mostra que as coisas não funcionam da forma estanque como a proposta no modelo das funções da linguagem. Não se trata apenas de transmissão de informação entre locutores. Outros processos, como argumentação, construção de realidades, existem.

Pensando, portanto, sentido e sujeito como não-transparentes, Pêcheux vai “abrir campos de reflexões” com uma teoria materialista dos processos discursivos. Esta, de posse de uma teoria não subjetiva da subjetividade, procura compreender por que a mesma língua autoriza funcionamentos diferentes. *Falamos a mesma língua, mas falamos diferente*:

Trata-se, no presente trabalho, de compreender como aquilo que hoje é *tendencialmente* a “mesma língua”, no sentido lingüístico desse termo, autoriza funcionamentos de “vocabulário-sintaxe” e de “raciocínios” antagonistas; em suma, trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada (1997a: 26).

A língua é concebida como base comum, dotada de uma autonomia relativa. Sobre essa base se desenvolvem os *processos discursivos*. Pêcheux ressalta que esta expressão não corresponde à fala de Saussure, o reino da liberdade individual. Há regularidade e determinação nesses processos porque eles são dependentes do “complexo das formações ideológicas”. Aí reside o “caráter material do sentido”.

Para explicar a relação sentido/formação ideológica, lança mão de duas teses. A primeira com o conceito de *formação discursiva*<sup>2</sup>:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de

---

<sup>2</sup> FD daqui para frente.

luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (p. 160).

Para Pêcheux, as palavras mudam de sentido quando mudam de uma formação discursiva para outra. Uma mesma palavra pode receber diferentes sentidos, todos “evidentes”, de acordo com a referência a uma ou outra formação discursiva – “seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (p. 161).

Rejeitando a “evidência” do sentido, Pêcheux se posiciona contra a idéia de que as palavras têm um sentido próprio, vinculado à sua literalidade. Não há sentidos *a priori*, já que constituídos historicamente. Esse assunto, controverso, gera uma série de discussões entre os analistas.

A segunda tese diz respeito à noção de *interdiscurso*. Desenvolvendo a idéia que lançara na AAD, a de exterioridade discursiva, Pêcheux chama de “todo complexo com dominante” das formações discursivas, a objetividade material que determina essas formações discursivas, objetividade que:

reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (p. 163).

Tudo o que já foi dito em algum lugar, em momentos próximos ou distantes, tem um efeito sobre o que se está se dizendo. Ou lendo. É a *memória discursiva*, o saber que retorna sob a forma de pré-construído<sup>3</sup>. Em texto posterior, e falando especificamente sobre leitura, Pêcheux explicita essa idéia:

(...) a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1999: 52).

## 2. O papel do sujeito na leitura

Retomando o que foi dito: a Análise do Discurso de linha francesa é uma disciplina de interpretação. Ela não procura encontrar o sentido oculto dos textos, uma vez que não acredita que ele exista. Tampouco é esse o interesse e sim observar como os sentidos se

---

<sup>3</sup> O termo é de Henry (1992).

constituem em cada formação discursiva. Este conceito, como vimos, é crucial dentro da disciplina e explica as variações de sentido. Se A está em uma formação discursiva x, atribui sentidos diferentes que B inscrito em uma formação discursiva y. Para o que é dito/lido faça sentido é preciso que o sujeito se inscreva no já dito de uma FD. Para Pêcheux o discurso/dizível é exterior ao sujeito. Ler não é uma atividade de um sujeito livre/psicológico, que interpreta de acordo com suas intenções. Este sujeito deve estar inserido em uma formação discursiva, inserido na história, para poder interpretar. O sujeito-leitor possui uma memória discursiva que permite que constitua os sentidos. Essa constituição é determinada por essa memória. Ela pode ser *constitutiva*, a referida na citação de Pêcheux, e a *institucionalizada*, a que distribui o direito ou não à interpretação nas diferentes formações sociais.

Na AD, a leitura é, pois, pensada na perspectiva não-subjetiva da subjetividade: o sujeito-leitor interpelado ideologicamente e inscrito em uma formação discursiva. As diferentes leituras, os diferentes efeitos de sentido que uma dada seqüência discursiva possibilita se explicam pelo fato do sujeito-leitor poder se identificar com uma ou outra formação presentes na seqüência. Daí emerge o que a AD chama de **efeito leitor**: um lugar vazio presente no texto, lugar a ser preenchido pelo sujeito-leitor. É este o leitor que interessa à Análise do Discurso de linha francesa e não o leitor ideal, o inscrito no texto, que faria a leitura da forma prevista pelo próprio texto ou por seu autor.

Coerente com os objetivos da Semântica Discursiva – compreender como os sentidos são determinados e sedimentados –, Pêcheux, quando fala do leitor, reflete sobre a posição deste nesse processo, sobre seus modos de leitura. A expressão escolhida por ele, na verdade, é *gestos de leitura*. Essas reflexões se acentuam em seus últimos textos. Podemos dizer que já na fase que ele próprio denomina a AD3, em que coloca/se coloca “muitos pontos de interrogação”:

Se a Análise do Discurso se quer uma (nova) maneira de “ler” as materialidades escritas e orais, que relação nova ela deve construir entre a leitura, a interlocução, a memória e o pensamento? (1983: 317).

As discussões sobre o leitor, a prática de leitura, a memória e a leitura de arquivos aparecem em três textos seus: *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (1997c), *O papel da memória* (1999) e *Ler o arquivo hoje* (1997b). Vamos retomar alguns pontos discutidos nesses textos.

Em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* faz referência ao trabalho do leitor-analista. Para tanto, discute o lugar da interpretação não só na AD como em outros campos de conhecimento. O pensamento religioso (a escolástica) e o natural (positivismo) caracterizam-se, segundo ele, por colocar de lado a interpretação, não levá-la em consideração no processo de constituição de sentido. No primeiro, os sentidos são dados por Deus, revelados a pessoas autorizadas – o clero. No segundo, os sentidos são dados pela natureza, através da experimentação, a sujeitos também autorizados: os cientistas. Nos dois casos interpretar equivale a reconhecer sentidos já-dados, a não interpretar. Pêcheux afirma que ambos representam a tentativa de unificar e homogeneizar o “real”, constituem a promessa de uma “ciência régia” tão rigorosa e não sujeita a equívocos como a matemática.

O estruturalismo surge como uma tentativa de levar em conta outro tipo de real, o “constitutivamente estranho à univocidade lógica”. Abre espaço para a interpretação, “todo fato já é uma interpretação”. No entanto, diz Pêcheux, as abordagens estruturalistas acabaram por colocar em suspenso a interpretação, pois se detinham na descrição dos arranjos textuais. Essa descrição consistia em uma “tradução” de enunciados empíricos vulgares em enunciados estruturais conceptuais, uma espécie de simulação de um processo matemático, a pretensa objetividade e homogeneidade.

Para Pêcheux é impossível separar a descrição da interpretação. Mais que isso: qualquer manifestação de linguagem exige a interpretação. Não há sentido sem interpretação. Isso porque não há como fugir ao real próprio da língua, ao equívoco da língua:

(...) toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual (...) – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente) (p. 53).

Quando fala em equívoco, Pêcheux se refere à ideologia e ao inconsciente, ligados materialmente, parte da língua. O lugar do equívoco, da falha, do deslize é o lugar da interpretação. Ela só existe, só tem lugar porque:

(...) há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar (p. 54).

A AD deve trabalhar nesse espaço, apreendendo os sentidos que estão em jogo, os diferentes “gestos de leitura”. O analista do discurso, ao contrário do estruturalista, não deve negar a interpretação. A descrição não existe sem esta última, deve ser entremeada com ela – “ não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento” (p. 54).

Diferentemente do sujeito leitor comum, o leitor-analista não deve se inscrever em determinada formação discursiva, não deve negar a interpretação, mas construir uma “posição deslocada”. Nela ele pode atravessar o efeito de transparência da linguagem, ficar exposto à opacidade da língua, apreender as diferentes FDs que se configuram no texto, como este pode ser lido, as diferenças de sentido. Para Pêcheux, o leitor comum não reconhece o movimento da interpretação. Ao se filiar a uma ou outra formação discursiva, o sentido aparece a esse leitor como transparente/natural, como impossível de ser outro. O analista deve dar conta desse “esquecimento”, o que Pêcheux chama de **esquecimento n.º. 2** (1975: 176).

### 3. Leitores intérpretes e leitores escreventes

Em *Ler o arquivo hoje* Pêcheux discute os modos de o sujeito se relacionar com os textos, com os sentidos: o literário e o científico. No primeiro, o leitor “interpreta”, pratica sua própria leitura, construindo seu mundo de arquivos e o modo deste ser apreendido. No segundo, o leitor decodifica, apreende o sentido “natural”, colado às palavras, uma leitura que impõe ao sujeito-leitor seu apagamento. Essas diferentes formas de tratar o arquivo<sup>4</sup> recobrem uma divisão social do trabalho de leitura: uns com direito a interpretações “originais”, os **intérpretes**, e outros sustentando essas interpretações, os **escreventes**. Essa divisão se explica pelo fato das formações sociais terem formas de controlar e administrar a interpretação, de sedimentar certos sentidos, de apagar/silenciar outros. Os diferentes gestos de leitura constroem o arquivo e gerem a memória coletiva (p. 57).

No gesto interpretativo do leitor intervém a memória discursiva em seus dois aspectos: a constitutiva e a institucionalizada. A primeira diz respeito ao interdiscurso, a segunda, à divisão social do trabalho de leitura, à posição do leitor – ou como escrevente ou como

---

<sup>4</sup> PÊCHEUX define arquivo como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

intérprete. Não esquecendo que o leitor recorre a seu arquivo textual (as leituras já realizadas por ele) quando diante de um texto.

Do que foi exposto, pareceria lícito afirmar que, na visão de Pêcheux, a interpretação, mesmo sendo de ordem da própria língua, não é acessível ao sujeito leitor comum. Este só perpetuaria/sedimentaria sentidos já-dados. Mas não é bem assim. É o próprio Pêcheux que alerta para o risco de simplificações/reduções:

A noção de formação discursiva emprestada a Foucault pela AD derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora (p. 56).

Levar em conta a dependência de todo discurso em relação à sua memória, levar em conta o “trajeto social” no qual esse discurso irrompe. Mas também o fato de que ele, por sua própria existência, marca a possibilidade de um deslocamento, de um outro lugar para o sujeito, de um outro sentido. Não há, portanto, como prever/antever o sentido. Em *O papel da Memória*, afirma que, assim como a língua, a memória é sujeita a falhas. Isso porque:

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento:

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas, também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede de implícitos (p. 53).

A memória não pode ser pensada como um espaço fechado, uma esfera plana, mas “um espaço móvel de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (p. 56). Diante de um texto, o leitor recorre à memória para poder interpretar. A interpretação não se dá no vazio. A noção de memória não deve ser confundida com o de saber prévio. Ela é mais ampla, tem caráter histórico-social e não simplesmente individual. É o próprio Pêcheux que enfatiza:

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador (p. 50).

Quando se depara com um texto que fala sobre a imprensa no Brasil, por exemplo, o leitor encontra nele uma memória: tudo o que já foi dito sobre a imprensa, em épocas



diferentes, próximas ou distantes. São sentidos convocados pelo texto e têm um efeito sobre como este será lido, determinam como será lido. Daí a AD afirmar que o sujeito não tem controle sobre o que diz. Ou lê. Além disso, o leitor tem sua memória de arquivo, as leituras já feitas, que lhe permitem formular os sentidos que estão em funcionamento no texto.

Sentidos sedimentados, regularizados podem falhar, podem se deslocar, tornar-se outros. Aqui se abre uma brecha, no “esburacar-se”, para um outro lugar, para o sujeito, lugar onde ele possa deslocar o sentido dominante, fazer outra(s) leitura(s), produzir outro(s) sentido(s). A AD vê nesse espaço o lugar em que o sujeito constrói o seu “poder dizer”, lugar em que ocupa outra posição. Esta se configuraria na região de confronto das formações discursivas, espaço em que trabalham processos de significação que não estão completamente fechados. Nesse espaço o sujeito pode se deslocar, mudar de posição.

Nesses últimos textos, Pêcheux (se) coloca muitos pontos de interrogação, entre eles, o crucial, a questão do sujeito. Sabemos que a primeira fase da AD foi marcada por uma posição teórica muito estreita, a que concebia o sujeito assujeitado a formações discursivas fechadas. Mesmo abalada em fases posteriores, essa noção se manteve como “marca registrada” da escola de AD de linha francesa. O próprio Pêcheux reavalia a questão, mas não chega a lhe dar um estatuto teórico. Isso faz com que a questão da subjetividade permaneça ainda hoje uma questão mal resolvida, controversa nesse campo de saber. Afinal, haveria espaço para o sujeito? As respostas a essa pergunta vão caracterizar diferentes formas de análises do discurso.

### Considerações finais

Procuramos apresentar caminhos trilhados pela Análise do Discurso de linha francesa (AD) no que diz respeito a reflexões sobre a leitura e o sujeito leitor. Essas reflexões, como esperamos ter mostrado, contribuíram de forma significativa para afastar determinadas concepções ingênuas sobre leitura (como a de que seria a descoberta de sentidos já-dados pelo texto ou por seu autor). Passa-se, assim, à análise do processo de produção de sentidos em toda sua complexidade.



## Referências Bibliográficas

HENRY, P. (1992). *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, ed. da Unicamp.

MALDIDIER, D. (1997). Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Org.: ORLANDI, E. Campinas, ed. da Unicamp.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Org.: GADET, Françoise e HAK, T. Campinas, ed. da Unicamp.

PÊCHEUX, Michel (1983). A Análise de Discurso: Três Épocas. In: *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Org.: GADET, Françoise e HAK, T. Campinas, ed. da Unicamp.

\_\_\_\_\_ (1997a). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, ed. da Unicamp.

\_\_\_\_\_ (1997b). Ler o arquivo hoje. In: *Gestos de leitura: da História no Discurso*. Org.: ORLANDI, Eni. Campinas, ed. da Unicamp.

\_\_\_\_\_ (1997c). *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes.

\_\_\_\_\_ (1999). Papel da Memória. In: *Papel da Memória*. Org.: ACHARD, Pierre. Campinas, Pontes.